

Editorial RP3 – Edição do primeiro semestre de 2022

Luciana de Oliveira Miranda

Saudando nossos leitores, proporcionamos a edição do primeiro semestre de 2022 da Revista de Pesquisa de Políticas Públicas – RP3. Nesta edição, contamos com cinco artigos e uma resenha, apresentados a seguir. O primeiro artigo, intitulado “Desenvolvimento e Tecnologia: o Ladrilhar da Política de Governo Aberto no Brasil” da autoria de Cristina Borges Mariani e Luis Eduardo Macedo Bessa, discorre sobre a instrumentação da ação pública a partir de diretrizes de Governo Aberto como potencial para tecer mudanças institucionais direcionadas às soluções tecnológicas de problemas públicos. Os autores apontam uma possível construção de um processo institucional a partir de aprendizado cumulativo instigado pela instrumentação da ação pública em Governo Aberto com papel central do Estado como catalisador da dinâmica econômica.

O artigo de Poliana Brito Barbosa; Antonio Sergio Araújo Fernandes; Alex Bruno Nascimento e Marco Antonio Teixeira, denominado “Cooperação Estado-Município no Contexto da Pandemia: O Caso da Prefeitura de Salvador Com o Governo da Bahia” apresenta análise do processo decisório de cooperação inter federativa que levou à produção de um recurso público comum, tendo como foco os envolvidos nas tomadas de decisão do Governo do Estado da Bahia e da Prefeitura Municipal de Salvador durante a pandemia de COVID-19 em 2020. Os autores apontam, em sua análise, a influência dos aspectos institucionais sobre os atores e seus efeitos na cooperação bem como os limites e possibilidades de políticas de cooperação intergovernamental vertical nas políticas públicas de saúde.

Os autores do terceiro artigo também consideram situações sociais em momento de pandemia. Elba Ravane Alves Amorim, Maria Yallane Barbosa e Witalo Brenno Martins Acioli, no texto intitulado “Violência Contra Mulher e a Covid-19: Refletindo sobre a Pandemia do Patriarcado e os Principais Pontos da Lei 14.022/20”, discorrem sobre o aumento da violência contra mulher em tempos de pandemia, buscando examinar como os projetos de leis visam combater a violência contra mulher e, quais os principais impactos na sociedade com a aprovação dessas legislações. Como ainda, no momento de

publicação desse número, ainda enfrentamos a Covid-19, os autores concluem que existe uma necessidade concreta de alteração das percepções psicossociais sobre o que é ser homem e mulher, ainda que solucionadas as causas para o prolongamento do distanciamento social.

O artigo seguinte, “Gestão Pública Municipal, Participação e *Accountability*: Uma análise sobre o Movimento Nossa BH”, de Daniele Cardoso do Nascimento, Armindo dos Santos de Sousa Teodósio, Elis Rocha Palmeira e Laise Copolillo Ayres, versa sobre a busca pela ampliação da participação popular do Movimento Nossa BH (MNBH). A discussão sobre a relação entre os três setores – sociedade, governo e empresas – com relação a esfera pública, democracia participativa e *accountability* coopera com o debate sobre a incidência dos movimentos sociais na gestão local e também para contribuir com a discussão acerca dos processos e limites da participação popular.

Márcio Calvet Neves apresenta o artigo “How Incrementalism Theory Explains the Successful Policy Making Process of the *Bolsa Família*” cujo objetivo é mostrar como a teoria incremental de Lindblom pode explicar o processo de elaboração da política pública ‘Bolsa Família’, criado em 2003. O argumento é construído através da análise de literatura sobre teoria incremental e sua aplicação em artigos sobre o ‘Bolsa Família’, como um estudo de caso. O autor conclui que a teoria incremental elucidada como a política pública desenvolvida em sociedades polarizadas, através da supressão da possibilidade de mudanças abruptas.

Finalmente, apresentamos a resenha desta edição, escrita por Barnabé Lucas de Oliveira Neto. O livro analisado, publicado em 2020, intitula-se “O renascimento do Estado? As funções de Estado no mundo impactado pelo coronavírus”, de autoria de Laura Carvalho. A resenha expõe o debate realizado pela autora a respeito das cinco funções do Estado que a pandemia ajudou a revelar. A realidade brasileira é analisada pela autora, sobretudo por meio da discussão de questões estratégicas para o futuro do Estado e da democracia brasileira. Boa Leitura!